

Mobilização popular será o fundamental para a eleição

— A mobilização popular será fundamental para garantir as eleições para o Governo do Distrito Federal em novembro de 88. A afirmação é do líder do PC do B na Constituinte, deputado Haroldo Lima (BA), que está convencido da necessidade de uma articulação, o mais breve possível, das entidades representativas e dos partidos políticos de Brasília, em torno de manifestações populares que garantam a inclusão das diretas para o DF na Constituição. Somente a participação da sociedade brasileira, segundo o deputado, tem condições de assegurar a aprovação pelos constituintes e reverter os lobbies que começam a tomar corpo nos bastidores do Congresso, contra a autonomia política do DF.

Um primeiro passo nesse sentido já está sendo tomado por várias associações de moradores — entre elas a dos Inquilinos de Taguatinga e de Santo Antônio do Descoberto — que decidiram esta semana iniciar a coleta das 30 mil assinaturas necessárias a uma emenda popular que garanta a transformação do DF em Estado, e as eleições para seu governo no próximo ano. A esta articulação inicial, Haroldo Lima acredita que terão que se unir partidos, sindicatos e outras entidades representativas da população, num movimento de convencimentos



Deputado quer povo nas ruas

dos constituintes sobre a importância de um governo eleito pelos próprios brasilienses.

Apesar da proposta do PC do B diferir da incluída no relatório da subcomissão da União, DF e Territórios, que prevê eleições somente para governador e assembléia legislativa para o DF, Haroldo Lima assegura que seu partido fecha com a questão das diretas em 88. E admite que o importante é que a Comissão de Organização do Estado não recue e mantenha a proposta, pois a questão da forma de governo pode ser decidida posteriormente.

Para o PC do B, que vai apresentar nova emenda à Comissão, em primeiro lugar

será preciso criar o Estado de Brasília, para acabar com a indefinição atual. O Distrito Federal seria restrito a uma área de 1.100 quilômetros quadrados do Plano Piloto, elegendo para sua representação um prefeito e uma Câmara de Vereadores. O mesmo ocorreria nas cidades-satélites e nos municípios do entorno, cujas populações decidiriam pela agregação através de plebiscito. Os municípios e o DF, então, elegeriam o governador e a assembléia legislativa para o Estado de Brasília.

Haroldo Lima argumenta que esta divisão, além de fortalecer a representação política localizada (nas satélites, por exemplo), diminuiria a atual dependência de recursos da União, ao canalizar a arrecadação dos municípios do entorno, que atualmente é dirigida a Goiás ou Minas Gerais. Outro aspecto positivo seria a melhoria da qualidade de vida dos habitantes, já que hoje o Plano Piloto fica com a maior fatia das verbas destinadas à criação de infra-estrutura urbana.

A preocupação de Haroldo Lima é que a proposta de seu partido para a transformação de Brasília em Estado não passou na Subcomissão da União, DF e Territórios, enquanto as proposições de criação de mais seis estados no país foram incluídas no relatório, agora analisado pela comissão.